



COPEL
Geração e Transmissão



Seminário Nacional de Produção e
Transmissão de Energia Elétrica

SERVIDÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA NA IMPLANTAÇÃO DE LINHA DE TRANSMISSÃO

GIA
Sandra Elis Abdalla

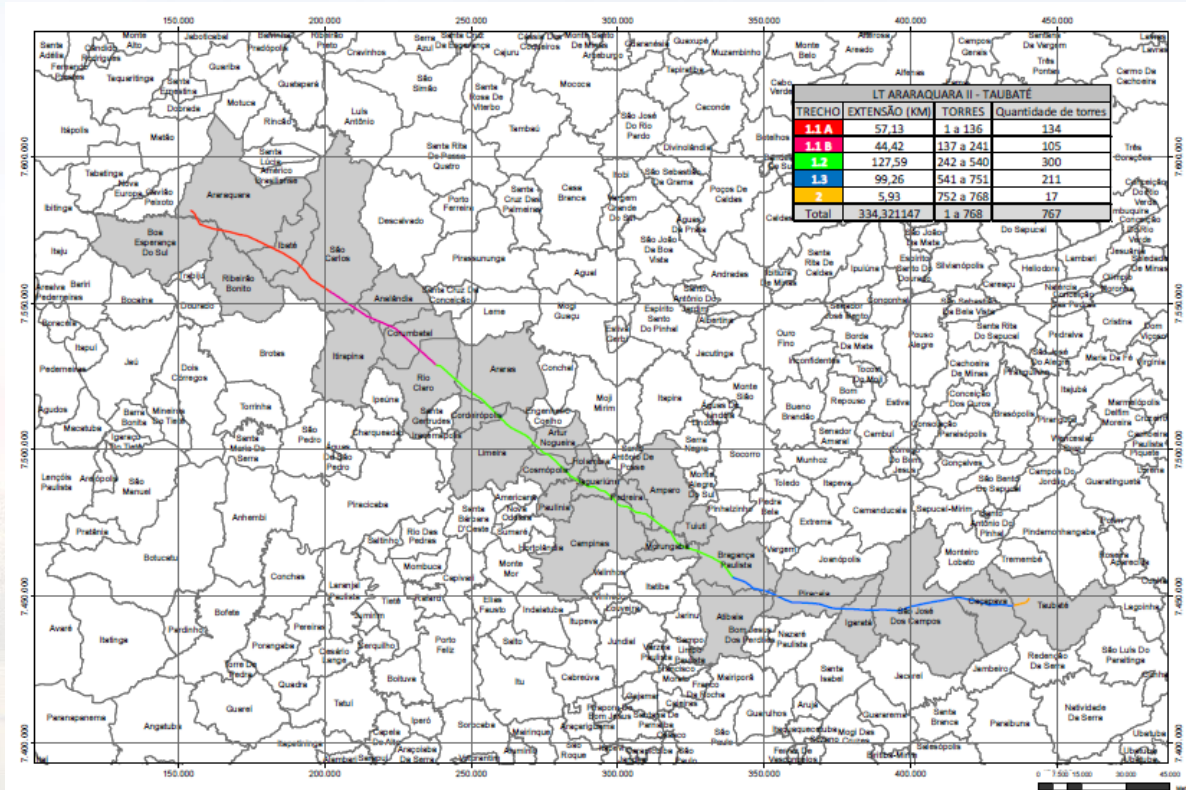


Linha de Transmissão 500 kV Araraquara 2 – Taubaté

28 municípios – SP

Licenciamento Ambiental:

- **CETESB**
- IBAMA/SP
- Fundação Florestal
- ICMBio/CR 8 - RJ
- ...



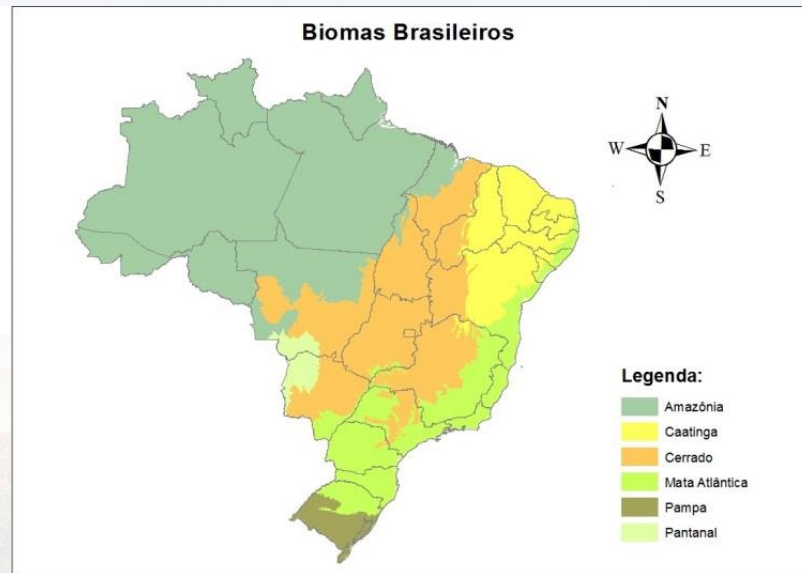
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA

- Topografia (DAP menor 10 cm)
- Acessos e área de torre (permanente)
- Picadas e praças de lançamento de cabos
- Árvores isoladas e cortes seletivos

- Quanto?
- Que tipo de vegetação?



- Bioma (IBGE)
- Estágio Sucessional
- Fragmentos
- Árvores isoladas
- Espécies ameaçadas
- APP / Reserva Legal
- Unidades de Conservação
- Áreas Prioritárias para Conservação (MMA)
- Áreas prioritárias para conectividade / criação de UC's - Projeto Biota FAPESP
- Área de Mananciais



Fonte: IBGE (2010), adaptado SFB (2016).

CONDICIONANTES DA COMPENSAÇÃO

- CETESB – mesmo Bioma
- IBAMA – Corredor Cantareira Mantiqueira
- FUNDAÇÃO FLORESTAL – Através de plantios (adicionais) no interior das APAs: Corumbataí Botucatu Tejuapá, Piracicaba Juqueri Mirim – Áreas I e II e Cantareira
- ICMBio – Através de plantios no interior da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul
- APA Municipal de Campinas - Através de plantios no interior da APA

QUANTIFICAÇÃO

- Supressão Total: 28 hectares
- Compensação total: 134 hectares

Compensação através dos TCRA's : 80 hectares, sendo 14 condicionados a plantios de espécies nativas.

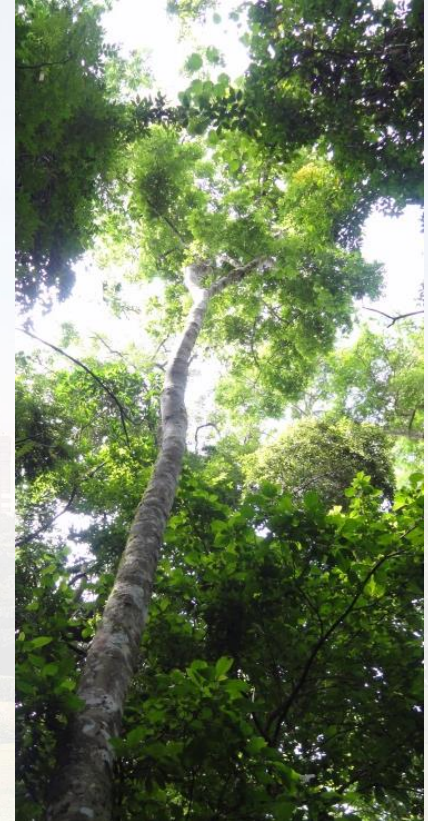
Passagem do empreendimento no interior das APAs geridas pela Fundação Florestal: compensação adicional de 54 hectares de plantios de restauração.

Compensação sem condicionante de plantio: **66 hectares.**

SERVIDÃO AMBIENTAL

Prevista na Política Nacional do Meio Ambiente, Lei Federal nº 6.938/1981, como servidão florestal;
Alterada para o termo servidão ambiental através do art. 78 do Novo Código Florestal (12.651/2012).

- É a renúncia voluntária ao direito de uso, exploração ou supressão dos recursos naturais na propriedade;
- É instituída sobre o excedente florestal existente na propriedade;
- Deve ser averbada na matrícula do imóvel;
- O órgão licenciador deve anuir a área destinada.



CHAMADA PÚBLICA

- Análise jurídica
- Forma de recebimento das propostas garantindo a impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade do processo, visando à seleção da proposta mais vantajosa ao interesse público.
- Pesquisa de mercado: Fundiário da Transmissão compôs o valor máximo por metro quadrado em cada região/bioma.
- Requisitos: com base na legislação vigente e nas condicionantes do licenciamento ambiental.

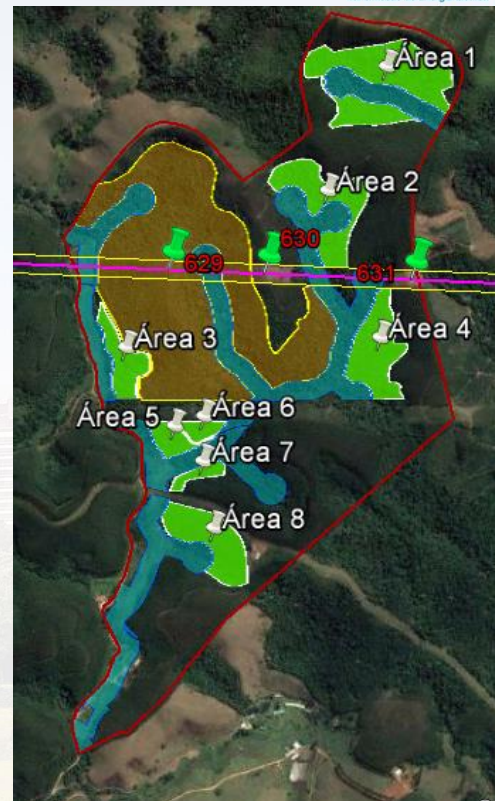
PROCEDIMENTOS

- Classificação das propostas pelo menor preço;
- Análise da documentação;
- Vistorias técnicas nas áreas - características ambientais e de vegetação;
- Conferência do georreferenciamento;
- Definição e apresentação das áreas para anuência da CETESB;
- Averbação em cartório.



DIFICULDADES

- Divulgação da Chamada Pública
- Definição de um novo procedimento (Copel - Cetesb)
- Regularidade da documentação
- Estágio sucessional da vegetação
- Dificuldade em encontrar áreas de Cerrado
- Áreas não contínuas, mas conectadas através de APP ou Reserva Legal (nº de memoriais descritivos)
- Processo lento



PONTOS POSITIVOS


- Quita a compensação de forma mais rápida;
- Elimina inseguranças dos plantios compensatórios;
- Beneficia os proprietários rurais que mantiveram áreas florestadas, além das exigidas em lei;
- Isenta de ITR;
- Facilidades na obtenção de recursos (crédito rural);
- Ferramenta de conservação da natureza que envolve o proprietário e o empreendedor;
- Abre um novo mercado que beneficia a conservação em áreas de baixa aptidão agropecuária:
 - ganho econômico para o proprietário
 - ganho coletivo pelo ambiente mais equilibrado




SANDRA ELIS ABDALLA

 (41) 3331- 4272

 (41) 99686-6986

 sandra.abdalla@copel.com

 www.copel.com